



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO

PORTARIA N° 2263, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

CONCEDE PRÊMIO ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PARAGUASSU GONÇALVES ARENCE

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, conforme artigo 96 da lei complementar 003;

CONSIDERANDO o requerimento feito pelo servidor em 01/12/2025 e a data de concessão do direito em 09/12/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Prêmio Assiduidade ao servidor **Paraguassu Gonçalves Arence**, Operário, matrícula n° 2660-3 a ser creditado na folha do mês de dezembro do ano de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da assinatura do Prefeito, surtindo efeito a partir de dezembro de 2025.

Prefeitura Municipal de Jaguarão, aos dois (02) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

Rogério Lemos Cruz
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Lúcia Carvalho de Oliveira
Secretária de Administração
CML/

Seq.	Matr/Contr	Nome	Admissão	Cargo	Data	Calc R	Compl.	Valor
347 - Premio Assiduidade								
00001	26603/01	Paraguassu Goncalves Arence	10/11/1994	5032-Operario	09/2006	09-01	1,00	304,65
00002					04/2012	09-01	1,00	498,43
00003					06/2014	09-01	1,00	569,93
00004					02/2020	09-01	1	886,97
Total:								2.259,98
Total Verbas Retificadoras:								0,00
952 - Falta Injustificada								
00001	26603/01	Paraguassu Goncalves Arence	10/11/1994	5032-Operario	09/2015	09-01	2,00	70,10
00002					08/2016	09-01	1,00	39,78
Total:								109,88
Total Verbas Retificadoras:								0,00
Total Geral (6):								2.369,86





PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO
Secretaria de Administração

Requerimento nº:

5593/2025

Assunto:

Resposta ao requerimento de prêmio assiduidade de Paraguassu Gonçalves Arence

Caro Servidor

Informamos que, o Art. 96 § 2º e § 4º, da Lei Complementar 003, de 05 de novembro de 2003, dispõe sobre o que segue:

Art. 96 Após cada cinco anos ininterruptos de serviços prestado ao Município, a contar da investidura em cargo de provimento efetivo, o servidor fará jus a um prêmio por assiduidade de valor igual a um mês de vencimento do seu cargo efetivo, mesmo que esteja no exercício de função de confiança.
§ 1º Para os atuais servidores nomeados até a data da entrada em vigor da presente Lei, o respectivo tempo de serviço até então prestado ao Município, será contado por metade, para fins de aquisição do direito constante do caput do artigo, contudo, sempre limitado a um único prêmio assiduidade, que se satisfaz a partir do mês de março do ano de 2004.
§ 2º O prêmio previsto no caput do artigo poderá ser convertido em licença remunerada, por trinta dias, a critério do servidor.
§ 3º Os integrantes do magistério público municipal e os estatutários até então regidos pela Lei nº 517/63 iniciarão a contagem de tempo a partir da data da última concessão desta vantagem ou da licença prêmio, respectivamente.
§ 4º O prêmio por assiduidade será requerido pelo servidor, que aguardará em exercício a sua concessão, sob pena do indeferimento do pedido.
§ 5º - Os períodos de licença de que trata o caput não são acumuláveis, fazendo jus o servidor somente ao direito do último período aquisitivo. Fica suspensa a concessão de benefícios e vantagens considerando a necessidade de cumprimento à Lei FEDERAL complementar nº 173 de 27 de maio de 2020 que proíbe a concessão de benefícios e vantagens que impliquem no aumento de despesas até 31/12/2021 e o Decreto Municipal nº 014 de 1º de fevereiro de 2021. Para maiores informações e dúvidas consultar a Lei supramencionada no Diário Oficial da União e o respectivo Decreto Municipal.

Conforme análise realizada em sua matrícula, informamos que sua admissão e as datas que implementará, ou já implementou, o direito à concessão do prêmio estão discriminadas na tabela abaixo:

Nome	Paraguassu Gonçalves Arence
Matrícula	2660-3
Cargo	Operário

01/12/2025

Data de Admissão	10/11/1994	Art. 97 -	I - Penalidade disciplinar de suspensão	
Data Base Estatuto Mun.	01/11/2003		II -	
Início da concessão Art. 96 §3º	Não se Aplica		a) Licença Interesse	
Última concessão			b) Licença trat. pessoa da família - não remunerada	
			c) Condenação - sentença definitiva - Trans.em julgado	
			d) Desempenho de mandato / atividade política	

Previsão	Faltas do Período	Dias licença de saúde	Dias de Interrupção	Aquisição de direito	Data limite de requerimento	Data concessão
1ª concessão				05/05/2004	06/05/2009	05/05/2009
2ª concessão				05/05/2009	06/06/2014	05/05/2009
3ª concessão		3		05/05/2014	06/06/2019	03/08/2014
4ª concessão		317		05/05/2019	05/06/2024	18/12/2019
5ª concessão			584	09/12/2025	10/01/2031	09/12/2025
6ª concessão				09/12/2030	10/01/2036	09/12/2030
7ª concessão				09/12/2035	09/01/2041	09/12/2035

Lucia Carvalho de Oliveira
Secretária de Administração

Assinado por 2 pessoas: LÚCIA CARVALHO DE OLIVEIRA e informo o código 105A-EBAD-65F5-72EC e informe o código 105A-EBAD-65F5-72EC
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://lcp.economia.gov.br>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 105A-EBAD-65F5-72EC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LÚCIA CARVALHO DE OLIVEIRA (CPF 424.307.040-72) em 02/12/2025 12:18:24 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ROGÉRIO LEMOS CRUZ (CPF 369.847.870-68) em 02/12/2025 16:20:44 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://jaguarao.1doc.com.br/verificacao/105A-EBAD-65F5-72EC>